

lônia do Sacramento como posto de penetração comercial e ponta de lança da conquista territorial no Sul. Daí decorreu a necessidade de preenchimento do vazio demográfico entre a Colônia e São Paulo, assumindo o povoamento caráter estratégico de avançada e barreira, simultaneamente. Povoamento que define como vertical e horizontal: concentração em núcleos urbanos e disseminação de fazendas de criação. Destaca o papel desempenhado pelo elemento militar, estimulado por uma política de mestiçagem, (aliás, freqüente tanto na Ásia como na África), à união com mulheres indígenas. Saliencia o caráter de empresa onerosa dessa conquista: “Durante praticamente todo o século XVIII, a arrecadação que a Fazenda Real tinha no Rio Grande não cobria nem a metade das despesas”.

A mineração nos planaltos centrais, articulando as regiões meridionais com os demais centros de consumo, põe em destaque o Rio de Janeiro, centro ao qual passa a vincular-se estreitamente a vida da Capitania do Rio Grande, não só pela importância crescente de sua economia como por seu caráter de zona de conflito, quase que permanente, entre espanhóis e portugueses.

O declínio da produção aurífera brasileira e a conseqüente depressão econômica portuguesa determina que o Rio Grande do Sul se transforme “em campo de experiências e também na esperança de redenção da economia ultramarina. Aí se desenvolveu a mais promissora experiência com a produção do linho-cânhamo, com a criação e manutenção pelo Estado até 1824 da Real Feitoria. Por outro lado, se experimentou e produziu também anil e cochonilha. Toda essa atividade foi desenvolvida dentro de uma política agrícola e mercantil que visava a busca de novas alternativas para substituir as importações. Durante o século XVIII, o Rio Grande do Sul foi definitivamente incorporado ao patrimônio ultramarino português e por conseguinte ao mundo lusófilo”.

PIAZZA, Walter. *O Poder Legislativo Catarinense: Das suas Raízes aos Nossos Dias, 1834-1984*. Florianópolis. Edição da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984. 531pp.

Earle D. Macarthy Moreira*

Walter Piazza vem de enriquecer com essa preciosa monografia o acervo bibliográfico, aliás muito reduzido, da história do Poder Legislativo no Brasil. Alicerçado na experiência da invejável carreira universitária, o A.,

com rigor metódico e paciência beneditina, resgata para a memória nacional cento e cinquenta anos de vida do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina, que parecia irremissivelmente perdidos com a destruição de seu arquivo no incêndio de 1956. O Arquivo Público do Estado; o acervo da Câmara Municipal do Desterro, hoje depositado na Biblioteca Central da UFSC; a Biblioteca Pública do Estado, com suas valiosas coleções de periódicos catarinenses, desde o Império; o Centro de Documentação e Arquivo da Câmara dos Deputados em Brasília; o Tribunal Regional Eleitoral; foram todos objeto de acurada pesquisa, o que torna o trabalho rico em fontes primárias. A bibliografia específica, invocada pelo A., Comparece devidamente comentada. A parte iconográfica é rica e os mais interessantes documentos são reproduzidos. Constitui, portanto, todo o conjunto um respeitável volume, da maior utilidade prática para os estudiosos da matéria e é, agora, sem sombra de dúvida, o melhor aporte do gênero, entre nós.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis, Ed. UFSC, Assembléia Legislativa, 1984. 204p., il.

Sandra Maria Lubisco Brancato*

A obra de Marli Auras chama particular atenção não só por tratar do importante episódio da Guerra do Contestado, tema ainda pouco estudado, mas também pela interessante abordagem que dá ao mesmo. Enquanto a historiografia tradicional considera que a Guerra do Contestado (1912-1916) não passou de uma agitação promovida por um grupo de fanáticos, a A., fazendo uma análise mais ampla do conflito, prova que este foi o resultado de uma profunda alteração de ordem política, econômica e social ocorrida no planalto catarinense. A referida mudança afetou sensivelmente o equilíbrio social existente até então entre os chamados “coronéis” da região do Contestado e a população cabocla. Rompido o equilíbrio, os caboclos buscaram uma nova forma de organização, uma nova identidade que, uma vez alcançada, não mais se ajustou às necessidades da classe dominante representada pelos “coronéis”.

O marco teórico-metodológico do estudo de Marli Auras está organizado a partir de algumas conceituações de Gramsci referentes à educação. Como ela mesma explica, “a educação é percebida por Gramsci como um processo presente, concreto, que busca tornar hegemônica uma dada visão de mundo, ou seja buscar ser conseqüente politicamente.” (p.17) O movimento dos caboclos do Contestado insere-se, para a A., neste contexto.